

França: mais adultos não vivem como casais

A França continua a ser a campeã da natalidade na União Europeia, com uma taxa de fecundidade de 2,01 filhos por mulher em 2010, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INSEE). Enquanto que a média europeia é de 1,6, e os países do Sul (Espanha, Itália, Portugal, Grécia) estão em 1,4, e os da Europa Central ainda pior, a França e os países nórdicos mantêm uma natalidade elevada.

A França é o segundo país mais povoado da Europa, depois da Alemanha (81,8 milhões), cuja população tem diminuído.

A idade média da primeira maternidade continua a subir, e situa-se já nos 30 anos. Mas varia de acordo com o nível de estudos da mãe: em 2008, era de 25,3 anos nas mulheres com estudos básicos, 28,3 anos para as de nível de ensino secundário e 30 anos para as de título universitário. Quanto mais são os estudos, mais se atrasa tanto o casamento como a maternidade.

Segundo os dados do INSEE, o aumento da fecundidade em 2010 deve-se essencialmente às mulheres com mais de 30 anos e, sobretudo, às de mais de 35.

Mas também aqui se nota o “efeito título”: em 2008, as francesas sem título, tinham uma taxa de 2,5 filhos por mulher, contra 1,8 para as de título secundário ou superior. Entre as mulheres sem filhos - 13% das gerações nascidas nos anos 60 -, as mulheres com título universitário estão fortemente representadas.

A ideia de que os bons resultados da fecundidade francesa se devem sobretudo à imigração não são confirmados pelos dados. Em 2008, a taxa de fecundidade, que era de 1,79 para as mulheres nascidas em França, aumentava até 1,86 com a contribuição das nascidas no estrangeiro ou nos territórios do ultramar. A sua influência é, portanto, positiva, mas não determinante.

O título universitário abre muitas portas às mulheres, mas não precisamente as do casamento. Em França, as universitárias casam-se mais tarde, têm o seu primeiro filho mais velhas e também é mais provável que não tenham filhos e vivam sozinhas, em comparação com as mulheres que têm menos estudos.

Esta é uma das conclusões de um estudo de France Prioux, Magali Mazuy e Magali Barbieri publicado na revista “Population” do Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED). O estudo constata que “o casamento é mais tardio e menos frequente”, e que se desenvolvem outras formas de vida a dois ou a sós: união livre, pacto civil de solidariedade, celibato, famílias monoparentais, famílias recompostas...

Embora a constituição de casais seja mais frequente, as rupturas são ainda mais habituais, pelo que os adultos de 25 a 65 anos – homens ou mulheres – vivem sozinhos em maior percentagem do que antes. Dá a impressão de que a mera união de facto não contribui para solidificar o compromisso. De 1999 a 2006, têm vindo a aumentar os lares unipessoais, embora esta regra não se aplique por igual a ambos os sexos: o título universitário tende a favorecer os homens no mercado matrimonial, enquanto que entre as mulheres estimula o celibato.

O casamento continua a declinar. Em 2010, realizaram-se 249.000, o que significa uma taxa de 4 por 1.000 habitantes, quando nos anos setenta era o dobro. “O estado do homem casado e, mais ainda, o da mulher casada são claramente menos universais nas gerações recentes”, salienta o estudo. E, quando chega, o casamento é mais tardio: a idade média do casamento, que nos anos oitenta era de 25 anos para os homens e de 23 para as mulheres, passou para 31,7 anos entre os homens e cerca de 30 entre as mulheres.

Pelo contrário, essa espécie de vínculo sem compromisso que é o Pacto Civil de Solidariedade (PACS), criado em 1999, teve um êxito inesperado. Embora no princípio tenha sido encarado como um modo de dar uma solução jurídica aos casais homossexuais, a realidade é que se converteu num sucedâneo do casamento. Actualmente, constituem-se três PACS por cada quatro casamentos. Em 2010, estabeleceram-se 185.000 uniões deste tipo, 95% delas entre um homem e uma mulher.

Ter filhos tão-pouco está já ligado ao compromisso matrimonial. Em 2010, 54,8% dos nascimentos ocorreram fora do casamento.

Com o PACS, um casal pode fazer declaração fiscal conjunta, num falecimento o sobrevivente fica isento do imposto sucessório e pode continuar no domicílio comum, beneficia das prestações sociais do companheiro, obtém licença de

residência para estrangeiros, e assume solidariamente as dívidas contraídas no sustento familiar. Devem-se ajuda material e assistência recíproca, mas não fidelidade; podem reconhecer os filhos comuns, mas não adoptar em conjunto. Para estabelecer um PACS, basta inscrição no tribunal e, para o dissolver, declaração de vontade, unilateral ou conjunta.

Ou seja, têm acesso a quase todas as vantagens do casamento e a quase nenhum dos seus compromissos.

Será por isso que cada vez mais franceses têm optado por esta fórmula, talvez porque estão escaldados da sua experiência familiar. “Somos a geração dos pais divorciados”, confessa um daqueles que fizeram a subscrição de um PACS.

A maior frequência das rupturas, matrimoniais ou não, levou a que tenha havido um aumento de famílias monoparentais, em geral, a cargo de mulheres. Também aqui, com menos de 45 anos, quanto menor é o nível de estudos, mais frequente é a família monoparental.

EUA: multirraciais, com muitos jovens de minorias

Segundo os dados do censo de 2010, a população dos EUA é de 308,7 milhões, com um aumento de 9,7% em relação aos 281,4 milhões do anterior censo do ano 2000.

A divisão da população por origem étnica mostra uma crescente diversidade:

Os hispânicos, que podem ser de qualquer raça, constituem a minoria mais importante, e representam 16,3% da população. Mais de metade (53%) identificam-se como brancos.

Geograficamente, três em cada quatro hispânicos vivem em nove Estados que têm amplas comunidades latinas (Arizona, Califórnia, Colorado, Florida, Illinois, Novo México, Nova Jersey, Nova Iorque e Texas), mas a parte dos que vivem noutros Estados está a crescer.

Entre os jovens há menos brancos do que nas gerações precedentes.

A população de jovens brancos reduziu-se em 4,3 milhões (10%) na década passada. Pelo contrário, o crescimento tem sido devido às minorias, as quais representam 46,5% da população com menos de 18 anos. Os asiáticos, os negros e os hispânicos contribuíram em 79% para o aumento da população na última década.

O maior crescimento que tem ocorrido, correspondeu aos hispânicos, cuja taxa de natalidade se situa acima da apresentada pelos brancos não hispânicos, em grande parte porque a população branca tem vindo a conhecer um processo de envelhecimento e, proporcionalmente, tem menos mulheres na faixa etária de conceber.

A média etária da população é actualmente de 36,8 anos, mas a dos brancos (41 anos) é a mais elevada, acima da dos hispânicos (27), dos negros (31) e dos asiáticos (35).

Consequentemente, os brancos são agora uma minoria entre a população jovem pertencente a dez Estados, incluindo o Arizona, onde foi aprovada uma polémica lei, que teve por alvo a imigração ilegal.

Nos EUA, a percentagem de pessoas com mais de 65 anos (13%) é inferior à da maioria dos países desenvolvidos, e a sua população envelhece a um ritmo mais lento. O Japão tem a população mais envelhecida, com 22,6% de pessoas com mais de 65 anos, seguido pela Alemanha e pela Itália, com percentagens acima dos 20%. Em zonas como na Europa Ocidental e Central, a maioria dos países tem hoje níveis percentuais que são superiores a 15%.

A maior juventude da população norte-americana tem-se vindo a reflectir igualmente numa taxa de fecundidade de 2 filhos por mulher, enquanto que, na União Europeia, essa taxa não ultrapassa os 1,6. Isto proporciona uma vantagem dos Estados Unidos relativamente à União Europeia, cuja população em idade de trabalhar irá conhecer um processo de declínio.

EUA: População por raça e etnia em 2010

	<u>Milhões</u>	<u>% população</u>
Branco	196,8	63,7
Hispânicos	50,4	16,3
Negros	37,6	12,2
Asiáticos	14,4	4,7
Índios	2,2	0,7

Holanda: escolas “brancas” ou “negras”, o importante é funcionarem

Aumento da população 2000-2010 (%)
 Durante anos de debate-se na Holanda o modo de conseguir que os filhos de imigrantes se distribuíssem entre todas as escolas, sem se concentrarem só nalgumas. Segundo a terminologia corrente nesse país, são designadas por “escolas negras” aquelas onde mais de 70% dos alunos são filhos de pais imigrantes, independentemente da raça que tiverem. E os pais holandeses tendem a procurar para os seus filhos escolas “brancas”, com maioria de alunos autóctones, onde pensam que o nível académico será mais elevado.

Com o novo governo – coligação de liberais de direita e democratas-cristãos –, conseguir artificialmente a integração

escolar deixou de ser uma meta na política holandesa. A chamada “escola negra” já não é tabu. É aquilo que confirma Marja van Bijsterveldt, ministra da Educação, democrata-cristã, em duas entrevistas publicadas nos diários nacionais “NRC Handelsblad” e “Volkskrant”. “Apesar dos esforços realizados, as escolas brancas e negras são uma realidade e está ainda por demonstrar que tenha tido um efeito negativo”, disse.

Nas grandes cidades, 50% das escolas primárias não conseguiram a integração, enquanto que, à escala nacional, das 7.000 escolas primárias somente 700 têm mais de 50% de alunos de pais estrangeiros.

A prioridade desta política mudou em 2006. A escola começou a receber financiamento extra por aluno, não pela sua origem étnica, mas pelo nível socioeconómico dos pais, pois tinha-se constatado que este, sim, era um factor que influiu nos baixos resultados. Pelo contrário, proteger pela origem étnica foi considerado como paternalista. Jaap Dronkers, catedrático de pedagogia da Universidade de Maastricht, apoia a decisão: “Aquilo que a ministra faz é abandonar uma falsa ilusão. A ‘cor’ não influi nos resultados académicos dos alunos. Tem mais a ver com o nível dos pais. Além disso, comportamo-nos como se todos os imigrantes fossem iguais, mas é a mistura de grupos étnicos o que torna mais difícil o sucesso escolar. Reside aqui, possivelmente, o surpreendente êxito das escolas islâmicas. A homogeneidade facilita que os professores se especializem. Neste sentido, a segregação não parece ser tão negativa”.

Um dos obstáculos para a integração racial nas escolas foi o artigo 23º da Constituição holandesa, que protege a liberdade de escolha da escola pelos pais e, ao mesmo tempo, permite às escolas confessionais a possibilidade de não admitirem crianças de outra religião. Este tipo de escolas constituem dois terços do total e recebem as mesmas ajudas económicas que as escolas públicas, as quais perfazem o outro terço. Este direito a seleccionar alunos de acordo com as crenças familiares veio a favorecer, por seu turno, a criação de escolas islâmicas.

A ministra da Educação holandesa afirma que, tanto os pais como as próprias escolas, ou ainda os municípios, podem propor-se a título pessoal a luta contra a segregação, como é aquilo que acontece em Nimega, onde todas as crianças são matriculadas num ponto central e a partir de lá são distribuídas misturadas. Todavia, este objectivo já não estará presente na política nacional de ensino.

“O novo governo opõe-se a fixar a partir de cima a política anti-segregação”, declara a ministra Van Bijsterveldt. “É importante que se estimule os pais naquela que é a sua responsabilidade pessoal. O governo irá avançar com todos os meios para conseguir a melhoria da situação das crianças nos planos social e económico, tanto se frequentarem uma escola negra, como se o fizerem numa branca”.

C. M.

Indignados: muita emoção, pouco pensamento

Numa entrevista publicada no “El País” (17-10-2011), o sociólogo Zygmunt Bauman salienta que a emoção suscitada pelo movimento 15 de Maio pode ser episódica, se não se concretizar nalgumas ideias.

Zygmunt Bauman qualifica este movimento como “emocional” e adverte que “se a emoção se encontra apta para destruir, ela é especialmente inepta para conseguir construir alguma coisa. As pessoas de qualquer classe e condição reúnem-se nas praças e gritam as mesmas palavras de ordem. Todas estão de acordo sobre aquilo que rejeitam, mas haverá cem respostas diferentes se as interrogarmos sobre o que desejam”.

A emoção inscreve-se na “modernidade líquida”, a qual Zygmunt Bauman analisou nas suas obras. “A emoção é instável e inapropriada para se poder configurar alguma coisa coerente e duradoura”.

O movimento dos indignados cresce, mas, segundo Zygmunt Bauman, “esse crescimento é conseguido através da emoção, falta-lhe pensamento. Apenas com emoções, sem pensamento, não se chega a lado nenhum”.

Mudaria o diagnóstico se surgissem líderes do movimento? “O movimento não o aceitaria, visto que tanto o seu poder como o seu gozo é a horizontalidade, o sentirem-se juntos e iguais, algo que, em grande parte, lhes é negado pela actual sociedade super individualista”.

Antigamente era preciso muito tempo para preparar protestos em massa como os do 15 de Maio, mas, agora, as redes sociais permitem que sejam convocados em muito pouco tempo. Todavia, igualmente, “as manifestações são episódicas e propensas à hibernação”.

Inside Job – A Verdade da Crise

Realizador: Charles Ferguson

Actores: Matt Damon como narrador

Música: Alex Heffes

Duração: 120 min.

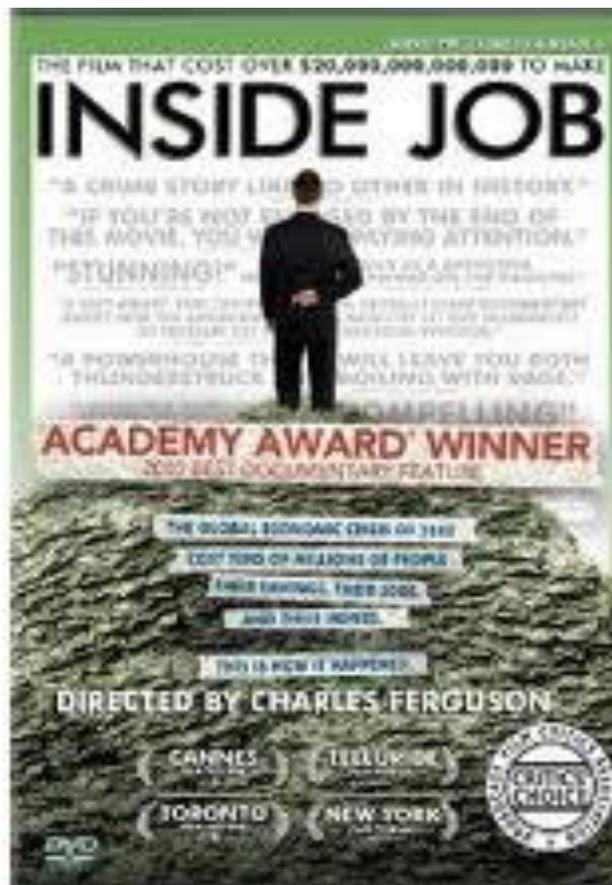
Ano: 2010

Este documentário ganhou um Óscar em 2011 e tem originado várias polémicas, continuando “em alta” à medida que a crise económica se expande... O modo como nos é narrada a

história tem um objectivo claro: apontar os culpados pela actual situação financeira. Ao longo do filme vão aparecendo testemunhos gravados de altos responsáveis de organismos económicos, indivíduos concretos, com nome próprio, o que credibiliza a sua narrativa. O ritmo e a sucessão de entrevistas pretende apresentar culpados de uma forma directa, “apanhados” pelas suas próprias palavras e actos. A câmara está lá e filma... no entanto, se parece assim tão simples identificar os culpados, porque é que tudo continua mal?

Pouco a pouco vai crescendo uma questão: terão sido mesmo só estes os responsáveis pela crise? Não haverá uma simplificação exagerada? O que levou aquelas pessoas a actuarem daquele modo? Como se encara a ganância na mentalidade moderna? Não se ensina a tantos e tantos que o grande objectivo existencial é “gozar” a vida a qualquer preço sem pensar em custos? Está ou não justificado que se viva acima das suas possibilidades e se comprem tantas coisas supérfluas sem dinheiro para as pagar? Na prática, quem alimenta esta mentalidade consumista em que o que conta é “ter mais”?

Este documentário defende a reforma do sistema económico, mas para além disso, é também necessário reformular o modo como cada um individualmente pensa e age. Está também nas mãos de cada um agravar ou minorar uma situação global, composta por acções concretas tomadas por pessoas de carne e osso. Aposte-se nas boas acções... sempre!



Tópicos de análise:

- 1 - Cada um deve olhar para si próprio antes de atirar as culpas para os outros.
- 2 - É necessário ir às causas reais dos erros para que não se repitam.
- 3 - Ter princípios fortalece a actuação individual contra a mentalidade dominante.
- 4 - Os *mass media* possuem “leituras” que audiências e agentes devem conhecer...